

## **Aliança pela Água de São Paulo**

São Paulo vive a maior crise hídrica da sua história. Mais de 60 municípios enfrentam a falta de água e o racionamento já atinge milhões de pessoas. Reservatórios e rios encontram-se em níveis críticos nas Bacias do Rio Tietê e Rio Piracicaba e as previsões climáticas para os próximos meses não são animadoras.

O caminho que nos trouxe até essa situação pode ser resumido em quatro fatores: a) ênfase dos governos na retirada de mais água, e não no uso racional desse recurso; b) desmatamento nas áreas de mananciais e poluição das fontes de água em quase todo o estado; c) seca extrema e déficit de chuvas, em especial no Sistema Cantareira; d) pouco espaço de participação e transparência quanto à gestão da água. Agravados por um quinto fator: resistência dos governos em tomar medidas mais firmes em um ano eleitoral.

Em setembro de 2014, o Instituto Socioambiental (ISA) deu início ao projeto Água@SP, com o objetivo de mapear atores e propostas que possam contribuir para lidar com a crise da água em São Paulo. O mapeamento foi realizado em parceria com a organização Cidade Democrática e contou com o apoio de quase 30 organizações

A pesquisa teve a adesão de mais de 280 especialistas de 60 municípios, que propuseram 196 ações de curto prazo e 191 de longo prazo, além de apontarem mais de 300 iniciativas inspiradoras para a gestão da água em São Paulo. Os resultados do mapeamento serão discutidos e aprofundados nos próximos dois meses.

Reconhecendo que a crise é resultado de uma combinação de diferentes fatores e que só vamos superá-la com o engajamento dos governos e da sociedade civil, as organizações apoiadoras do mapeamento orgulhosamente se unem para formar a **“Aliança pela água de São Paulo”**:

### **O que é**

A Aliança é uma coalizão de sociedade civil para contribuir com a construção de segurança hídrica em São Paulo, por meio da coordenação das várias iniciativas já em curso e da potencialização da capacidade da sociedade de debater e executar novas medidas.

Ela propõe um jeito diferente de lidar com a crise da água: compartilhado, co-responsável, baseado no engajamento e no diálogo entre diferentes segmentos da sociedade e de governo. Tem a finalidade de alcançar duas metas:

**META DE CURTO PRAZO:** chegar em abril de 2015 em situação segura para enfrentar mais um período de estiagem.

**META DE LONGO PRAZO:** Implantar um novo modelo de gestão da água, que garanta um futuro seguro e sustentável para os moradores de São Paulo (estabilidade social, econômica e ambiental).

### **Agenda Mínima**

A Aliança pela Água de São Paulo reúne organizações com formas bem diversas de atuação. Mesmo com essa pluralidade, que enriquece o debate e aumenta a eficiência das soluções, as organizações participantes propõem um consenso em torno de um conjunto de ações. Essa Agenda Mínima é o núcleo que vai permitir que instituições independentes entre si unam esforços e multipliquem o resultados de suas iniciativas. As propostas levantadas no mapeamento Água@SP e a serem debatidas nos próximos meses podem ser vistas como aprofundamento das linhas gerais de ação propostas nessa Agenda Mínima. As medidas propostas são:

#### **10 ações urgentes para a crise atual**

(necessárias para alcançar a meta de curto prazo)

##### **1. Comitê de gestão da crise**

Pedimos ao governo paulista que instale um comitê de gestão da crise, com ampla participação da sociedade e das prefeituras afetadas pela escassez.

##### **2. Salas de situação para gestão de crise**

Sugerimos ao governo paulista a instalação de salas de situação, espaços físicos nas maiores cidades de cada região afetada, que reúnem em um mesmo local, enquanto durar a crise, os atores responsáveis pela gestão local da água.

##### **3. Informação para a população**

As organizações participantes vão intensificar suas ações de informação e sensibilização da sociedade quanto à dimensão da crise e quanto à importância de que cada cidadão use a água ainda mais racionalmente.

##### **4. Campanhas públicas**

Solicitamos que os governos estadual e municipais, além das concessionárias de água, ampliem suas campanhas de informação e adotem mensagens mais claras e frequentes quanto à importância da redução do consumo de água, captação de águas da chuva e armazenamento seguro em situação de emergência.

##### **5. Transparência na gestão**

Exigimos que o governo estadual divulgue e garanta amplo acesso da população sobre locais e horários com maior risco de falta de água (“acionamento não oficial”) e que o governo estadual e a Sabesp trabalhem de forma integrada e coordenada com as prefeituras. Devem divulgar, ainda, um plano de ação emergencial, que mostre como vão garantir o abastecimento caso a estiagem se agrave.

##### **6. Incentivos à redução de consumo**

Cobramos dos governos estadual e municipais, além das concessionárias de água, que intensifiquem as medidas pela redução do consumo, uma vez que as medidas atuais ainda são insuficientes frente a gravidade da crise.

#### **7. Multa para usos abusivos**

Recomendamos que o governo estadual, agências reguladoras e municípios estabeleçam multas para o desperdício de água e usos abusivos da água, com o estabelecimento de metas de redução de consumo por unidade consumidora.

#### **8. Garantia de água em situação de emergência**

Propomos que o governo estadual, por meio do Cetesb/DAEE/Vigilância Sanitária e municípios, divulguem o quanto antes lista de fornecedores de água de caminhão pipa devidamente outorgados e em situação de regularidade sanitária. Recomendamos que seja feito, de forma compartilhada entre os governos, o mapeamento de possíveis situações de perfuração de poços, nascentes e bicas para uso de abrangência coletiva na escala de bairros e subprefeituras.

#### **9. Ações para grandes consumidores (indústrias e agricultura)**

Propomos que o governo federal (ANA) e estadual (DAEE), com a participação dos comitês de bacia, façam uma moratória de outorgas de forma a garantir reposição de águas subterrâneas, envolvendo os representantes de grandes consumidores (celulose, bebidas, irrigação, e outros).

Recomendamos que o governo estadual e as associações empresariais definam metas voluntárias e, quando necessário, obrigatórias, para a redução do consumo por parte de indústrias e serviços que usam muita água.

#### **10. Incentivo a novas tecnologias**

Propomos aos governos federal, estadual e municipais que reforcem imediatamente os programas de incentivo à instalação de equipamentos que permitam economia de água no uso doméstico, comercial e industrial, e as exigências de uso racional da água em novas obras e reformas, públicas e particulares.

#### **10 ações para o médio e longo prazos, mas que precisam começar já** (necessárias para alcançarmos a meta de longo prazo)

##### **1. Transição para um novo modelo de gestão da água**

Recomendamos a revisão do Plano Diretor da Macrometrópole, com ampla participação dos comitês envolvidos e sociedade, de forma a ampliar ações de recuperação de mananciais, incorporar a dimensão climática, e avançar no uso racional e reúso da água de forma a diminuir a necessidade de implantação de novas fontes de água.

##### **2. Concessão e regulação dos serviços de saneamento**

Recomendamos aos municípios que realizem a revisão e aprimoramento de contratos de concessão de serviços de saneamento e arranjos de regulação do serviços.

### **3. Redução das perdas**

Demandamos dos governos estadual e municipais, além das concessionárias de água, que apresentem e executem um plano de redução significativa das perdas de água ao longo da rede, tanto com vazamento quanto com desvios irregulares na distribuição. Os governos e concessionárias devem mostrar metas numéricas de redução das perdas e de investimentos para alcançar essa redução.

### **4. Políticas de reúso**

Cobramos dos governos estadual e municipais que apresentem e implementem uma política de reúso da água, dos esgotos e de aproveitamento de águas da chuva.

### **5. Comitês de bacia**

Pedimos aos governos federal, estadual e municipais um plano concreto para o fortalecimento dos comitês de bacia.

### **6. Recuperação e proteção dos mananciais**

Cobramos dos governos estadual e municipais a apresentação de propostas para recuperação e proteção dos mananciais. Conscientes do déficit habitacional existente, pedimos aos governantes que debatam com a sociedade e se comprometam com medidas para conciliar o atendimento das justas demandas por mais moradia com a conservação das áreas ao redor de represas. Pedimos ainda que seja feito o debate com a sociedade e setor elétrico sobre a incorporação da Billings como manancial de abastecimento de água para a RMSP.

### **7. Recuperação florestal**

Propomos aos governos estadual e municipais que apresentem uma política imediata de restauração de áreas degradadas e Áreas de Proteção Permanente (APPs) nas regiões de mananciais. Chamamos empresas e moradores instalados nessas regiões a participarem dessas ações, oferecendo áreas para restauração e buscando apoio técnico para a recuperação florestal.

### **8. Pagamento por serviços ambientais**

Demandamos aos governos estadual e municipais que estabeleçam e implementem programas de PSA para recompensar quem mantenha, em suas propriedades, a floresta em pé.

### **9. Adaptação climática**

Cobramos dos governos federal, estadual e municipais que apresentem planos de adaptação a extremos climáticos, como novas secas atípicas, e a mudanças mais duradouras nos padrões climáticos. Promover amplo processo de discussão sobre a provável influência de desmatamento em locais distantes dos centros urbanos consumidores de água, visando integrar medidas na esfera nacional.

### **10. Coleta e tratamento de esgotos e despoluição dos rios urbanos**

Exigimos dos governos estadual e municipais que promovam ações para acelerar as obras de urbanização, a retirada de população de fundos de córrego, a implantação de parques e áreas protegidas, a instalação de coletores de esgotos e

estações de tratamento. Pedimos o debate sobre as alternativas técnicas para adoção de tratamento descentralizado de esgotos, reuso da água das ETEs e piscinões.

### **Linhas de atuação conjunta**

As organizações da Aliança pela Água de São Paulo vão atuar juntas em três frentes.

- 1) Produção e divulgação de informações sobre a crise e suas soluções;
- 2) Mobilização da sociedade e dos governos para a construção conjunta de soluções;
- 3) Engajamento de atores para a construção de um pacto pela água de São Paulo.

### **Iniciativas e organizações que fazem parte da Aliança**

- Advogados Ativistas
- Associação Águas Claras do Rio Pinheiros - AACRP
- BEM TE VI Diversidade
- Campanha Cisternas Já
- Cidade Democrática
- Coletivo Curupira
- Espaço - Formação, Assessoria e Documentação;
- RPPN Fazenda Serrinha;
- Grupo Permacultores;
- Greenpeace Brasil;
- GT Meio Ambiente da Rede Nossa São Paulo;
- InfoAmazônia
- Iniciativa Verde
- Instituto 5 Elementos - Educação para a Sustentabilidade;
- Instituto Akatu;
- Instituto ATÁ
- Instituto Auá de Empreendedorismo Socioambiental;
- IDEC - Instituto de Defesa do Consumidor;
- Instituto Mutirão
- IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas
- Instituto Socioambiental;
- Mapas Coletivos
- Minha Sampa
- Rede Nossa São Paulo
- Rede de Olho nos Mananciais;
- SIBITE
- Sala Crisantempo
- SOS Mata Atlântica;
- TNC - The Nature Conservancy
- Virada Sustentável
- Volume Vivo (documentário)

- WWF- Brasil